



CONGRESSO NACIONAL

MPV-375

00025

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

|                    |   |
|--------------------|---|
| data<br>20/06/2007 | proposição<br>Medida Provisória nº 375, de 2007 |
|--------------------|---|

|   |                         |
|---|-------------------------|
| autor<br>DEPUTADO FEDERAL ARNALDO FARIA DE SÁ | nº do prontuário<br>337 |
|---|-------------------------|

|               |                 |                 |                |                        |
|---------------|-----------------|-----------------|----------------|------------------------|
| 1. Supressiva | 2. Substitutiva | 3. Modificativa | 4. XXX Aditiva | 5. Substitutivo global |
|---------------|-----------------|-----------------|----------------|------------------------|

|                      |        |           |        |        |
|----------------------|--------|-----------|--------|--------|
| Página 01 /01        | Artigo | Parágrafo | Inciso | alínea |
| TEXTO / JUSTIFICAÇÃO |        |           |        |        |

Insira-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. Dê-se ao § 1º do art. 10 da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, modificado pelo art. 17 da Lei 11.356, de 19 de outubro de 2006, a seguinte redação:

"Art. 10. ....

§ 1º As aposentadorias e pensões concedidas antes do término do período mencionado na parte final do caput deste artigo aplica-se a GIFA no percentual máximo a que fizerem jus os servidores em atividade.

....."(NR)

## JUSTIFICAÇÃO

Em decisão unânime, adotada no exame do Recurso Extraordinário 397.872-DF, o Supremo Tribunal Federal consolidou o entendimento de que gratificações decorrentes do desempenho individual ou institucional são vantagens de caráter geral, donde se infere sua obrigatória extensão às pensões e aos proventos da inatividade. Em outra oportunidade (ADInMC 1835), o Pretório Excelso deixou assentado que não incide restrição constitucional a emendas parlamentares que tenham como propósito a preservação de tratamento paritário entre ativos, inativos e pensionistas, tendo em vista que a aplicação de um comando constitucional (a vedação às emendas parlamentares de que resultem aumentos de despesa) não afasta a subordinação do ordenamento jurídico a outro preceito igualmente inserido na Lei Maior (a paridade entre ativos, inativos e pensionistas).

Por tais motivos, pede-se o endosso dos nobres Pares à emenda sob justificativa.

ARNALDO FARIA DE SÁ  
DEPUTADO FEDERAL - SÃO PAULO

